



Aumenta presença da mulher no Judiciário do Rio Grande do Sul



Spacca" data-GUID="justica1.png">

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Judiciário do Rio Grande do Sul constatou que a presença do sexo feminino tem crescido nos últimos anos nos tribunais do estado. Além da maior presença em números, a mulher também está chegando nos cargos de alto comando.

Dos 6.706 servidores dos Foros, as mulheres são 4.175. No Tribunal de Justiça, são ao todo 2.030 funcionários, sendo 1.065 do sexo feminino. Neste ano, foi eleita a primeira mulher para atuar na administração do Tribunal de Justiça de São Paulo. Assumiu como terceira vice-presidente do Tribunal de Justiça local, a desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro.

As mulheres também já são a maioria no primeiro grau em que dos 640 magistrados, 327 são juízas. A diferença maior encontra-se na entrância inicial, onde as mulheres ocupam 55% dos cargos, e na entrância intermediária, onde são 53%. No Tribunal de Justiça, o número de mulheres também cresceu. Atualmente, são 105 desembargadores, enquanto as desembargadoras são 32. O percentual de desembargadoras no TJ-RS já alcançou 23%. Em 2006, em um total de 125 desembargadores, havia 125 do sexo masculino (84%) e 20 do sexo feminino (16%).

Avanço qualitativo

Como comprova o Judiciário gaúcho, a realidade no Brasil aponta que o número de mulheres trabalhando em ocupações precárias caiu de 48% para 42%, entre 1998 e 2008. Segundo a Agência Brasil, os números foram divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Ipea considera ocupação precária aquela com renda inadequada, que está na informalidade ou não é remunerada.

Em relação aos salários, os dados mostram que as mulheres ganhavam R\$ 612,18 em 2002 e os homens, R\$ 978,18. Seis anos depois, as mulheres passaram a ganhar R\$ 700,88 e os homens, R\$ 1.070,07. Na comparação entre os dois grupos, a renda das mulheres aumentou R\$ 88 e dos homens, R\$ 91,89. Segundo o estudo, apesar das diferenças salariais houve ligeira aproximação entre a renda de homens e mulheres. Em 2002, elas recebiam 62,6% da renda masculina e em 2008 passaram a receber 65,5%. A pesquisa alerta que apesar da ligeira aproximação salarial, é preciso investir em ações específicas para enfrentar as desigualdades de gênero.



O estudo explica que a diferença de renda entre os dois grupos se explica pela menor jornada de trabalho das mulheres, pela ocupação de postos de trabalho de má qualidade e pelas barreiras para a ascensão profissional das mulheres nos ambientes de trabalho.

De acordo com a pesquisa, as mulheres têm mais anos de estudo do que os homens. Em 1998, as trabalhadoras com 15 anos de idade ou mais tinham em média seis anos de estudo, enquanto os homens na mesma faixa etária, haviam estudado por 5,8 anos em média. Em 2008, o tempo de estudo nos dois grupos aumentou, mas as mulheres continuaram tendo mais anos de estudo. Entre as jovens de 15 a 17 anos, 56,8% frequentavam o ensino médio, enquanto entre os jovens de mesma idade, esse percentual era de 44,4%. A mesma realidade se repete no ensino superior. Em 2008, das mulheres entre 18 e 24 anos, 15,7% frequentavam o ensino superior, enquanto o percentual de homens na mesma faixa etária era de 11,8%.

Date Created

08/03/2010